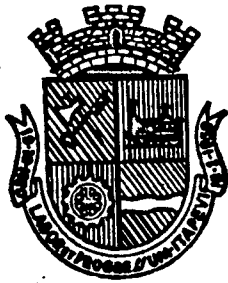


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 041/95

PROJETO N.º 037/95

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

"Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de 07 pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazaré, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaçus e Boulevard Paulistânia no Bairro Vitápolis, "G", no Jardim São Luiz, e Dos Infantes no Jardim Briquet conforme Processo nº CMIL-106/630/95."

Lei 1272/95

DIGITALIZADO

POR OK



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 024/95

Itapevi, 07 de julho de 1995

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei, que autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de sete (07) pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazare, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales, na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaçus e Boulevard Paulistânia, no Bairro Vitápolis; "G", no Jardim São Luiz; e Dos Infantes, no Jardim Briquet, conforme Processo nº CMIL-106/630/95).

Trata a propositura da viabilização do encaminhamento, ao Município, do recurso financeiro solicitado ao Governo do Estado, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, em decorrência da calamidade pública verificada no mês de fevereiro p.p., conforme Decreto nº 2.832/95.

O recurso foi solicitado para reconstrução de pontilhões de passagem de pedestres, destruídos pela força das águas, conforme documentos encaminhados à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil em 23 de março p.p. (anexo cópia do Ofício SAA nº 017/95), que deram origem ao Processo nº CMIL-106/630/95, daquele órgão.

Devidamente verificada a necessidade do Município, inclusive com vistoria realizada "in loco" por Oficiais da Defesa Civil Estadual, o projeto apresentado recebeu aprovação da Coordenadoria.

O repasse do recurso, todavia, está condicionado à celebração do convênio respectivo, conforme Decreto Estadual nº 40.069, de 02 de maio de 1995, e, ainda, Instrução Normativa da CEDEC-I, de 11 de maio de 1995 (docs. anexos), motivo porque o Digníssimo Secretário Executivo da Defesa Civil Estadual, Tenente Coronel Pm Clodomir Ramos Marcondes, encaminhou, via fax, a este Executivo, o Ofício nº CMIL-412/620/95, solicitando remessa de cópia de Lei Municipal autorizando a celebração do convênio, apresentando, inclusive, minuta do projeto de lei específico (docs. anexos).

Tem-se, portanto, que a remessa do documento se apresenta condição essencial para recebimento da verba prometida, sendo esta de extrema necessidade para o Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Assim sendo, dou a matéria o caráter de urgência, solicitando seja a apreciação realizada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa constante do artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, protestos de elevada estima e distinto apreço.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS
17 / 07 / 95
Rúbia Cristina Caramez
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

C A L A M I D A D E P U B L I C A

SOLICITAÇÃO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS

OBRA: RECONSTRUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE 07 PONTILHOES
PARA PASSAGEM DE PEDESTRES

Em 23/03/95

Necessário original.

CLODOMIR RAMOS MARCONDES
Maj Fdlt Vir Lpt Lef Civil



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

DOCUMENTOS APRESENTADOS

- a) Ofício de Encaminhamento;
- b) Decreto Municipal de Calamidade Pública;
- c) Decreto Estadual - homologação de estado de calamidade pública no Município de Itapevi;
- d) Portaria da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento - reconhecimento de estado de calamidade pública no Município de Itapevi;
- e) Portaria Municipal - Nomeação dos Membros da COMDEC;
- f) Lei Municipal - Criação da COMDEC;
- g) Relatório COMDEC;
- h) Orçamento da Obra;
- i) Memorial Descritivo dos Serviços/Obras;
- j) Projeto Básico/Planta de Situação;
- l) Fotografias (locais das obras);
- m) Mapa Planimétrico do Município - áreas inundadas/áreas com desmoronamento - pontos para os quais se está solicitando recursos (pontilhões destruídos com custo já orçado para substituição);
- n) Boletim Pluviométrico;
- o) Lei Orçamentária Municipal 1995; e
- p) Declaração do Prefeito.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO SAA Nº 017/95

Itapevi, 14 de março de 1995

Prezado Senhor,

Em decorrência das chuvas que assolaram o Município em datas recentes, o Poder Público Municipal, financeiramente impossibilitado de oferecer à população diretamente atingida os serviços e obras emergenciais necessários para sobrepujar a força das águas, declarou estado de calamidade pública.

A partir dos fatos, o Governo Municipal tem direcionado todos os esforços para atender da melhor forma possível esses munícipes, bem como aos demais itapevienses, todos, de alguma forma, atingidos pela intemperie, ainda que de forma indireta. As medidas necessárias para solução definitiva dos problemas não são, todavia, sempre passíveis de realização à conta própria do Município, e isto, reitero, em razão da pouca disponibilidade orçamentária.

Hoje, são inúmeras as obras e serviços prestados em razão das chuvas, e o orçamento do Município, já exíguo em condições normais de atendimento, está extremamente prejudicado no equilíbrio receita/despesa.

Não obstante, existem, ainda, obras de caráter emergencial não realizadas, como a substituição de pontilhões para passagem de pedestres que se apresentam via única de locomoção para a região central do Município.

Na verdade, as chuvas acarretaram a perda ou inutilização de diversos pontilhões. Não sendo possível, a curto prazo, a substituição de todos os pontilhões danificados, o Município pretende executar, tão somente, as obras/serviços relativos aqueles considerados de maior necessidade, em número de sete (07), orçados em R\$ 71.418,00.

O Município não possui sequer o maquinário para execução dos serviços/obras de substituição desses pontilhões, motivo porque se fará necessária a execução indireta.

Assim sendo, por se tratar de calamidade pública, solicito, por intermédio de V.Sa., a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

ingerência do Governo do Estado de São Paulo, através dessa conceituada Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, para análise de viabilidade de repasse de recursos financeiros destinados à execução das obras supra mencionadas, considerando-se, para tanto, que o montante do dispêndio financeiro necessário à conta exclusiva do Município se faz hoje, em razão da situação existente, medida extremamente onerosa.

Na certeza de contar o elevado entendimento de V.Sa. na apreciação do pedido formulado, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Antecipadamente grato,


JOAO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

Ilustríssimo Senhor
TEODOMIRO RAMOS MARCONDES
DD. Major PM Coordenador Estadual de Defesa civil
Governo do Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
GABINETE DO GOVERNADOR - CASA MILITAR
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

Av. Morumbi, 4.500 - Sala 30 - Morumbi

CEP: 05698-900

PHONE: (011) 845-3333/3311

Sao Paulo - Capital

FAX: (011) 845-3673

TELEX: 1181911

DATA/DAT: 06/11/95

PAGINAS/PAGES: 02 (duas)

FAX: (011) 426-4744

Para/To: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

De/From: COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

São Paulo, 06 de julho de 1.995

OFÍCIO Nº CMIL-412/620/95.

Senhor Prefeito,

Solicito a Vossa Excelência remeter a esta Coordenadoria cópia da Lei Municipal que autoriza a celebração de convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de 07 (sete) pontilhões para passagem de pedestres nas ruas: Santa Izabel e Marcia Nazaré no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaçus e Boulevard Paulistânia no Bairro Vitápolis; "G" no Jardim São Luiz e Dos Infantes no Jardim Briquet, conforme Processo Nº CMIL-106/630/95.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


CLODONIR RAMOS MARCONDES
Ten Cel PM - Secretário Executivo Defesa Civil

A Sua Excelência
JOÃO CARLOS CARANEZ
DD Prefeito Municipal
Itapevi/SP

CMIL/04/11/95: NPL

(MODELO)

LEI Nº /95

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de.....

.....Prefeito Municipal de....., Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de.....

Artigo 2º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do acordo, correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas através de Decreto Executivo, se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

..... de..... de 1995

Prefeito Municipal

Publicada por afixação pública e de costume, registrada nesta Secretaria na data supra e encaminhada cópia ao Cartório de Registro competente.

Responsável pela Secretaria

(M O D E L O)



Diário Oficial

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 105 • Número 89 • São Paulo • Sexta-Feira, 12 de Maio de 1995

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR MÁRIO COVAS

Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-000 - Fone: 845-3344

GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Secretário Antonio Angarita
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - Fone: 845-3344

CASA MILITAR

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

Instrução Normativa CEDEC-1, de 11-3-95

Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto o atendimento das atividades de Defesa Civil e de outras providências.

O Coordenador Estadual de Defesa Civil, em cumprimento ao disposto no Art. 17 do Decreto 29.152, de 15-3-89, e considerando a necessidade de disciplinar a celebração de convênios, de natureza financeira, firmados entre a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e Prefeituras Municipais, resolve:

SEÇÃO I

Disposições Iniciais

Artigo 1º — A transferência de recursos financeiros aos Municípios do Estado, para atendimento às atividades de Defesa Civil, será efetuada mediante a celebração de convênios, nos termos desta Instrução Normativa e observada a legislação pertinente.

Parágrafo Único — Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

- 1 — convênio — o instrumento que tenha como partes, de um lado a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e de outro Prefeituras Municipais do Estado; e, por objeto, a execução de programa, projeto ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;
- 2 — concorrente — a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, responsável pela transferência dos recursos financeiros destinados à execução do convênio;
- 3 — conveniente — a Prefeitura Municipal com a qual a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil pactua a execução de programa, projeto ou evento;
- 4 — interveniente — a pessoa jurídica de direito público ou privado que participe do convênio para manifestar o seu consentimento ou para assumir obrigações em nome próprio;
- 5 — executor — a pessoa jurídica responsável direta pela execução do objeto do convênio, caso tal atribuição seja responsabilidade direta do convênio.

SEÇÃO II

Das Requisitos para a Celebração

Artigo 2º — O convênio será proposto por interessado ao Coordenador Estadual de Defesa Civil, através do processo regular que será obrigatoriamente instruído com os seguintes documentos:

- I — ofício circunstanciado do Prefeito Municipal ao Coordenador Estadual de Defesa Civil solicitando a celebração de convênio para repasse de recursos financeiros;
- II — decreto de Situação de Emergência ou Calamidade Pública identificando a área de risco iminente ou atingida; quais as consequências das danos ocorridos ou possíveis de ocorrerem, quando for o caso;

SEÇÃO I

Esta edição, de 72 páginas, contém os atos normativos de interesse geral.

Governo e Gestão Estratégica	1	Esportes e Turismo	26
Economia e Planejamento	2	Habituação	26
Justiça e Defesa da Cidadania	2	Procuradoria Geral do Estado	26
Transportes Metropolitanos	2	Recursos Hídricos	27
Segurança Pública	2	Saneamento e Obras	27
Administração Penitenciária	3	Universidade de São Paulo	27
Fazendas	5	Universidade	27
Agricultura e Abastecimento	13	Estado de Campinas	27
Educação	13	Universidade Estadual Paulista	28
Saúde	15	Ministério Público	30
Trabalho	15	Tribunal de Contas	32
Transportes	23	Órgãos	43
Administração e Modernização do Serviço Público	26	Concursos	45
Cultura	26	Assembleia Legislativa	53
		Diário dos Municípios	67
		Ministérios e Órgãos Federais	71

III — sempre que a execução compreender obra ou serviço de engenharia, deverá ser apresentado projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto do convênio, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e de adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, que possibilite a avaliação do custo da obra e definição dos métodos e prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de execução e realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos, devidamente avaliados.

IV — fotografias, certificadoras ou rubricadas, identificando o local afetado;

— boletim pluviométrico e outras informações fornecidas por órgãos técnicos que possam embasar a constatação de anomalias, quando for o caso;

VI — planta planimétrica ou mapa rodoviário do Município, localizando a área atingida e identificando os pontos, para os quais se está solicitando recursos;

VII — cópia do Decreto de Criação da COMDEC — Comissão Municipal de Defesa Civil;

VIII — cópia da Portaria de nomeação dos membros da Comissão Municipal de Defesa Civil, atualizadas;

IX — comprovação de que o Município aplicou vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício anterior;

X — declaração de que o Município não está inadimplido de receber recursos financeiros por parte do Governo Estadual;

XI — cópia da Lei Orgânica do Município;

XII — Lei Municipal autorizando a celebração do convênio;

XIII — declaração de exercício do cargo de Prefeito;

XIV — declaração do Prefeito Municipal de que não pediu recursos financeiros para o mesmo objeto em outra Secretaria de Estado;

§ 1º — Para habilitar-se a receber transferência de recursos financeiros da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil o Município comprovará a existência de contrapartida, que não poderá ser inferior a 30% do valor do convênio.

§ 2º — O convênio será firmado, para cada projeto ou atividade, a ser desenvolvido pelo Estado, para cada projeto ou atividade.

§ 3º — A contrapartida referida no parágrafo anterior poderá constituir-se de até 10% do valor do objeto do pedido, em material, em recursos humanos ou quaisquer outros, desde que possa ser mensurado economicamente, devendo, contudo, haver um percentual mínimo de 20% dos recursos financeiros desembolsados pela própria Prefeitura Municipal.

Artigo 3º — O Município somente poderá figurar como conveniente, se atender a todas as exigências desta Instrução Normativa.

§ 1º — Em situações especiais e a critério do Coordenador Estadual de Defesa Civil, a transferência de recursos financeiros por Município poderá ser feita independentemente da formalização, desde que atenda ao artigo 2º, desta Instrução Normativa, suprida tal exigência pela vistoria de um representante da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil;

§ 2º — No caso aludido no parágrafo anterior, o Município terá o prazo de 30 dias, após a transferência dos recursos financeiros para o atendimento do referido artigo, desta Instrução Normativa.

Artigo 4º — Será realizada, por Oficial do Depto de Defesa Civil, vistoria "in loco" ao objeto do pedido de convênio, o qual emitirá relatório circunstanciado da necessidade de atendimento do pedido, acolhendo ou reformulando, no todo ou em parte o mesmo, considerando-se conclusivamente se o mesmo está amparado como atividade da Defesa Civil;

§ 1º — O parecer emitido por Oficial de Defesa Civil, de que trata o Caput deste artigo, atenderá tão somente a avaliação de questões de relevância econômica social do estabelecimento da normalidade para o município e sua comunidade.

§ 2º — Para a formalização de laudo técnico preliminar de engenharia, avaliação orçamentária e de custos, a CEDEC poderá solicitar o concurso de agente público, integrante de outras Secretarias de Estado, cuja competência e atribuição esteja afeta ou correlacionada ao objeto do pedido.

§ 3º — Não configurando, o objeto do pedido de convênio para repasse de recursos financeiros, atividade de defesa civil, caberá ao Coordenador Estadual de Defesa Civil restituir o processo ao município solicitante.

Artigo 5º — Em casos excepcionais, a critério do Diretor do Departamento de Defesa Civil, será solicitado ao Regional de Defesa Civil — REDEC da Região a que pertencer o município solicitante, para que no prazo de 15 dias, constitua Grupo de Trabalho Especial GTE — para análise do objeto do pedido, e manifeste-se através de parecer conclusivo.

Artigo 6º — O relatório conclusivo do vistoriante, acolhido total ou parcialmente, pelo Diretor de Defesa Civil e pelo Coordenador Estadual de Defesa Civil autorizará ou não a liberação dos recursos financeiros, podendo fazê-lo no todo ou em parte.

SEÇÃO III

Da Formalização

Artigo 7º — O convênio conterá, obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo:

I — o objeto e seus elementos característicos, com a descrição sucinta, clara e precisa, do que se pretende realizar ou obter;

II — a participação de cada um dos convênios, inclusive a contrapartida;

III — a vigência, que deve ser fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto, considerando-se, ainda, o período de 30 dias para apresentação da prestação de contas;

IV — a prerrogativa da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de fiscalizar a execução do objeto;

V — a classificação funcional programática e econômica da despesa, mencionando-se o número, data e valor da Nota de Empenho;

VI — a obrigatoriedade do convênio de apresentar prestação de contas dos recursos recebidos, na forma prevista nesta Instrução;

VII — a faculdade aos participantes para denunciarem ou rescindir, a qualquer tempo, imputando-se-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

VIII — a obrigatoriedade que em havendo impossibilidade de utilização imediata dos recursos recebidos, os mesmos devem ser aplicados no mercado financeiro, através do BANESPA ou NOSSA CAIXA — NOSSO BANCO S.A.;

IX — a obrigatoriedade de recolher-se eventual saldo de recursos à Fazenda Estadual no próprio órgão onde o dinheiro foi aplicado, através da Guia de Recolha (GR) — Outras Receitas;

X — o compromisso do convênio de restituir o valor transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto da avença;

b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio;

XI — as obrigações do interveniente, quando houver; e

XII — indicação de foro para dirimir dúvidas decorrentes de sua execução.

Artigo 8º — É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I — a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II — o pagamento de gratificação, de consultoria ou qualquer espécie de remuneração aos serviços que pertençam aos quadros dos convênios ou de entidade da Administração Pública Estadual;

III — o aditamento com mudança do objeto;

IV — a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

V — a realização de despesas em data ou anterior ou posterior à sua vigência;

VI — a atribuição de efeitos retroativos;

VII — a realização de despesas com multas ou correção monetária inclusive referentes a pagamentos ou recolhidos fora dos prazos;

VIII — a realização de despesas relativas a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica ou semelhantes, por servidor da Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, o qual pertença, esteja lotado ou em exercício em qualquer dos órgãos convênios;

Parágrafo Único — É vedada a mudança do objeto do convênio.

Artigo 9º — Além das partes, deverão assinar obrigatoriamente o Termo duas testemunhas e o interveniente, se houver.

SEÇÃO IV

Da Publicação

Artigo 10º — A eficácia dos convênios e seus aditivos, qualquer que seja o seu valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no "Diário Oficial" no prazo de vinte dias, contados da data da sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

I — espécie, número do instrumento, nome e CGC/CNPJ dos participantes e dos signatários;

II — resumo do objeto;

III — crédito pelo qual correrá a despesa e número, data e valor da Nota de Empenho;

IV — prazo de vigência e data de assinatura.

Parágrafo Único — A inobservância do disposto neste artigo constitui omissão de dever funcional e será punida na forma da lei além de se imputar ao administrador a responsabilidade pelas despesas executadas sem o cumprimento das formalidades.

SEÇÃO V

Do Roteiro no Tribunal de Contas do Estado

Artigo 11 — Trimestralmente, até os dias 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil deverá encaminhar ao Departamento competente do Tribunal, a relação das transferências de recursos financeiros consumados no trimestre anterior.

SEÇÃO VI

De Liberação dos Recursos

Artigo 12 — A liberação de recursos financeiros, em decorrência de convênio, processar-se-á mediante convocação do Prefeito Municipal, ou de seu representante legal, para assinatura do convênio junto a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, sendo os recursos transferidos ao município através de ordem de pagamento ou cheque nominal.

Artigo 13 — Os recursos serão mantidos em conta bancária especial vinculada ao Fundo Municipal, somente sendo permitido saque para o pagamento de despesas decorrentes da execução do objeto ou para aplicação no mercado financeiro.

§ 1º — As aplicações serão efetuadas através do BANESPA ou NOSSA CAIXA — NOSSO BANCO S/A, situados no município, detentores da conta corrente do convênio, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados, conforme legislação específica.

§ 2º — Os rendimentos de tais aplicações serão obrigatoriamente aplicados no objeto do convênio, sujeito às mesmas condições de prestação de contas.

§ 3º — As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

SEÇÃO VII

Da Prestação de Contas

Artigo 14 — A Prefeitura Municipal que receber recursos financeiros na forma estabelecida nesta Instrução, ficará sujeita a apresentar prestação de contas do total dos recursos financeiros recebidos, que compor-se-á dos seguintes documentos:

- I — relatório de atrelamento do objeto;
- II — cópia do termo de convênio;
- III — relatório de execução físico-financeiro;
- IV — demonstrativo da execução da Receita e Despesa;
- V — relação de pagamentos;
- VI — conciliação bancária;
- VII — cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- VIII — comprovante de recolhimento de saldo de recursos à Fazenda Estadual;
- IX — cópia do despacho adjudicatário das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa com o respectivo embasamento legal.

Parágrafo Único — Salvo os casos indicados, os documentos apresentados serão originais.

Artigo 15 — A prestação de contas será apresentada na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, até 30 dias, após o vencimento do prazo previsto para aplicação dos recursos ou para o cumprimento total das obrigações pactuadas.

Parágrafo Único — Quando a vigência do convênio ultrapassar o dia 31 de janeiro de cada ano, será apresentada prestação de contas parcial.

Artigo 16 — As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do conveniente executor, devidamente identificados com o número do convênio.

Artigo 17 — Na hipótese de não aplicação total ou parcial dos recursos recebidos, deverá a Prefeitura Municipal solicitar prorrogação de prazo à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil que, a seu critério, concederá ou não, e ficará, se for o caso, o novo prazo para sua utilização e comprovação.

Parágrafo Único — Não sendo concedida a prorrogação de que trata o artigo, deve a Prefeitura Municipal recolher à Fazenda Estadual o valor não aplicado.

Artigo 18 — A prestação de contas será examinada pela CEDEC, para fins de emissão de parecer conclusivo, acerca do restabelecimento da normalidade econômico-social e do atendimento do Projeto Básico a que alude o inciso III, do artigo 2º desta Instrução Normativa, no prazo de 30 dias, a contar da data de seu recebimento.

§ 1º — Na hipótese de existência de irregularidades na comprovação, ou não tendo sido a entrega, a CEDEC exigirá que a Prefeitura Municipal, no prazo de 30 dias, promova a regularização. Decorrido o prazo sem que a beneficiária se manifeste, tal fato será incontinentemente comunicado à Diretoria competente do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º — A CEDEC poderá solicitar o concurso de agente público, integrante de outras Secretarias de Estado, cuja competência e atribuição esteja atrelada ou correlacionada ao objeto do convênio, para formulação de parecer quanto ao atendimento do conteúdo do Projeto Básico elencado no Caput deste artigo.

Artigo 19 — Os documentos relativos aos atos da receita e da despesa referentes às prestações de contas, após analisados, sanados e aprovados ficarão arquivados na CEDEC, à disposição dos órgãos fiscalizadores do Tribunal de Contas.

SEÇÃO VIII

Do Rescisão

Artigo 20 — Constitui motivo para rescisão do convênio independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- I — utilização dos recursos em desacordo com o convênio;
- II — aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no artigo 16; e
- III — falta de apresentação da Prestação de Contas, no prazo estabelecido.

SEÇÃO IX

Disposições Finais

Artigo 21 — Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria CEDEC-2, de março de 1990.

ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Secretário: André Franco Monteiro Filho
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - Fone: 845-3344

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA

Extrato de Contrato

Processo FPL nº 1448/94. Contratante: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAR. Contratado: Isael S.A. Objeto: Termo de Contrato nº 02/7/95, referente a prestação continuada de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar condicionado. Vigência: 9/5/95 a 31/12/95. Custo total estimado: R\$ 4.640,00. Processo FPL nº 1259/93. Contratante: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAR. Contratado: Ecotemp Engenharia e Conservação e Limpeza da Paulicéia Ltda. Objeto: Termo de Contrato nº 02/5/95, referente a contratação de serviços de limpeza e conservação. Vigência: 19/5/95 a 30/6/95. Custo total estimado: R\$ 16.834,90. (A debitar) (12)

JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA

Secretário: Belisário dos Santos Júnior
Páteo do Colégio, 148 - Centro - Fone: 239-4399

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução de 11-5-95

Exonerando:
a pedido, Domingos Livisotto, do cargo de juiz de Casamentos do distrito e município de Carquilha, comarca de Tietê;
a pedido, Domingos Livisotto, do cargo de juiz de Casamentos do distrito e município de Carquilha, comarca de Tietê.
Nomeando Alfonso Bettini, para exercer o cargo de juiz de Casamentos do distrito e município de Carquilha, comarca de Tietê.
Despacho do Secretário, de 10-5-95
Prot. SJDC-110.577/95 — Assessoria de Defesa da Cidadania — Assinatura anual do Boletim Jurisprudência ADCONS e Boletim Legislativo ADCONS. Diante dos elementos constantes deste protocolo, ratifico a situação de inexistência de licitação, proferida pela Chefia de Gabinete, com fundamento no artigo 26 da Lei Estadual 6.548/89, atualizada pela Lei 9.001/94, combinado com o artigo 28 da Lei Federal 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.833/94.

DECLARAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL

De Norberto de Franco Medeiros — Membro do Conselho de Administração da CESP/CPFL/Eletropaulo/Comgás.

Variações Patrimoniais ocorridas até 31-12-94
Em cumprimento à Resolução 10, de 12-2-92, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, especifico os bens adquiridos ou alienados no ano de 1994, os respectivos valores de aquisição ou de alienação, bem como as aplicações financeiras existentes em 31-12-94.
Nome: Norberto de Franco Medeiros
Cargo: Conselheiro de Administração
Bens Alienos — Valor
Nada a declarar
Bens Adquiridos — Valor
Aquisição de 200.000 ações preferenciais e escriturais da Companhia Energética de Minas Gerais — Cerng em 28-9-94 — R\$ 15.748,00
Aplicações Financeiras — Valor
Posição a ser informada, após entrega de declaração de bens e rendimentos à Receita Federal, ano base 1993, com vistas ao imposto de Renda.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

Resumo de Ocorrências da Execução do Serviço 3/95

Contratante — Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Contratada — Flamori Com. e Assistência Técnica de Máquinas e Telecomunicações Ltda.
Valor — R\$ 1.500,00, sendo que R\$ 1.000,00 reais correrão à conta do exercício de 1995, e o restante dotação própria do próximo exercício.
Vigência — 12 meses, a partir de 11-5-95.
Apoio legal — Inciso II, do art. 24, da Lei Estadual 6.544/89, Lei Federal 8.666/93, Res. SF 21/95.
Objeto — Conservação e manutenção de 1 máquina de franquia, modelo Frana ESW.
Data da assinatura — 11-5-95.

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO

Despacho do Diretor

Nomeando nos termos da legislação pertinente ao processo licitatório — Tomada de Preços e nessas condições autorizo o empêño das despesas e a emissão das respectivas Notas de Empêño a favor das licitantes vencedoras Biotest S/A Indústria e Comércio no valor de R\$ 21.957,45 e a Marcos Pedilhon Produtos Hospitalares Ltda. no valor de R\$ 5.547,05. Outrossim, convoco os representantes legais das Empresas citadas para assinar os contratos constantes do Edital, no prazo de 2 dias úteis e os membros da CJL do processo para receber os autos ora adquiridos nos Termos do art. 15, § 8º, da Lei 8.666/93. (Proc. 14/95 — Imesc — Tomada de Preços 2/95).

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Despacho da Coordenadoria de 9-5-95

Interessado — Israel Rodrigues
Assunto: Solicita cópia do processo 75.033.611-3
Autorizo o fornecimento das cópias xerográficas requeridas em 24-4-95, devendo o interessado apresentar quando da retirada guia de recolhimento, observando-se o disposto no Comunicado CAT 34, de 27-4-95, publicado em 28-4-95.

SEGURANÇA PÚBLICA

Secretário: José Afonso da Silva
Av. Higienópolis, 758 - Higienópolis - Fone: 826-1244

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SSP-90 de 11-5-95

Classifica função de serviço público para efeito de atribuição de "pro-labore" e de outras providências

O Secretário da Segurança Pública, à vista do que consta no processo DGP/1691/95 (GS668/95), resolve:

Artigo 1.º — Para efeito de atribuição de gratificação de "pro-labore" de que trata o artigo 28, da Lei 10.168, de 10 de julho de 1968, fica classificada na Referência 7, da Escala de Vencimentos-Comissão instituída pela Lei Complementar 712, de 13-4-93, uma função de serviço público de Chefe de Seção destinada a Seção de Comunicações Administrativas do Serviço de Administração da Delegacia Regional de Polícia de Registro do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia de São Paulo Interior.

Artigo 2.º — O valor do "pro-labore" a ser pago ao funcionário ou servidor que desempenha ou venha desempenhar a função de serviço público de que trata esta Resolução será fixado por ato específico.

Artigo 3.º — As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 4.º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15-12-94.

CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Comunicado CETRAN-7, de 10-5-95

O Conselho Estadual de Trânsito comunica às JARIS da Capital e do Interior que alguns documentos MILI, oferecidos pelos recorrentes, têm consignado nas infrações atribuídas aos Veículos Honda e Yamaha, os modelos "Importado Norton" e "Apilinha", levando os membros das Juntas à confusão. Os códigos genéricos que devem ser usados pelos agentes são 020 para a Honda e 106 para a Yamaha, devendo ser suprimidos os outros códigos antigos acrescentados dos modelos citados. No MILI, portanto, devem ser desconsideradas as expressões "Importada Norton" ou "Apilinha", mesmo que os recorrentes se refiram a tais modelos como fundamento de defesa para se eximir das multas. Permanecendo qualquer dúvida, ou segundo o critério dos julgadores, devem ser requisitadas as cópias xerográficas dos autos de infração, por intermédio do Cetran.

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA

Despacho do Delegado Geral

Nos Processos DGP, abaixo relacionados, referentes às sindicâncias administrativas de caráter disciplinar, "Acolhendo a manifestação do Conselho da Polícia Civil", Arquivar-se:
P. 305/94 SA 54/94 — Vols 1 a 3 — Correio
P. 590/94 SA 86/94 — Correio
P. 2.250/94 SA 114/94 — Correio
P. 3.182/94 SA 573/94 — Correio
P. 3.285/94 SA 236/94 — Correio
P. 4.460/94 SA 317/94 — Correio
P. 5.931/94 SA 429/94 — Correio
P. 6.522/94 SA 479/94 — Correio
P. 7.205/94 SA 495/94 — Correio
P. 7.211/94 SA 500/94 — Correio
P. 7.327/94 SA 532/94 — Correio
P. 7.444/94 SA 554/94 — Correio

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho do Delegado da Polícia Diretor, de 11-5-95

Hilton Enio Santa Rosa — RG 3.753.784, interessado no Processo DGP-2892/91 I V Vols. apensos PBs. 3.933/94, 7.156/94, 10.232/94, 17.248/94, 20.477/94, 2.121/95, 2.457/95, 2.458/95, 2.459/95. Deferir. "Espeçam-se as cópias xerográficas e entreguem nas mediante recibo".

Divisão de Protocolo e Arquivo

Despacho do Diretor, de 11-5-95

Benedita Silvestre Gonçalves, viúva de Benedito Jurez Gonçalves, RG. 2.766.864, interessada no processo DGP-256/86 I e II volumes, a comparecer na Seção de Expediente de Certidões de Lei de Guerra e Vista de Processos - DPV4 — Divisão de Protocolo e Arquivo, à Rua Brigadeiro Tobias, 527, 1.º andar, a fim de tomar ciência do despacho governamental.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

DE SÃO PAULO — INTERIOR

Despacho do Delegado da Polícia Diretor, de 10-5-95

Ratificando, com fundamento no art. 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei 9.893/94 e art. 26, da Lei Estadual 6.544/89, a dispensa de licitação autorizada pelo Dirigente da U.D. 18.02.056 — DelRegPol de Avait — Proc. 2/955. Objeto — Aquisição de impressos oficiais padronizados através da Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, com base no artigo 24, inciso VIII e XVI, c.c. do artigo 24, inciso IX e parágrafo único, ambos, respectivamente, das leis supracitadas.

Diário Oficial

Estado de São Paulo

EXECUTIVO — SEÇÃO I

Gerente de Redação — Francisco de Assis Midei
Chefe de Editorias — Dermi Azevedo
Jornalista Responsável — Dáson Mezzetti Costa

REDACÇÃO

Rua João Antonio de Oliveira, 152
CEP 01013-902 — São Paulo
Telefones 292-3637 e 291-3344
Telex (011) 63090

ASSINATURAS
PUBLICIDADE LEGAL
VENDA AVULSA

FILIAIS — CAPITAL

ANGÉLICA — J. Comercial

REPÚBLICA

SÃO BENTO

FILIAIS — INTERIOR

ARACATUBA

BAURU

CAMPINAS

GUARATINGUETA

MARILIA

PRESENTE PRUDENTE

RIBEIRÃO PRETO

SANTOS

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SOROCABA

— Telefone 291-3344 — Ramais 221 e 239

— Telefone 291-3344 — Ramais 220 e 235

— EXEMPLAR DO DIA R\$ 1,24 — EXEMPLAR ATRASADO: R\$ 2,48

— Telefones 256-7232 e 259-3047 — Av. Angélica, 7.582

— Telefone 257-5915 — Estação República do Metrô — Loja 516

— Telefone 229-6316 — Estação São Bento do Metrô — Loja 17

— (0166) 23.0310 — Ramal 27 — Rua Antonio João, 130

— (0162) 24.3852 — Pça. das Cerâmicas, 444

— (0192) 42.8558 — FAX (0192) 42.6569 — Rua Oswaldo Cruz, 498

— (0125) 22.2543 — Rua Frei Lucas, 80

— (0144) 22.3784 — Av. Rio Branco, 803

— (0182) 21.2128 — Av. Manoel Goulart, 2.109

— (016) 625.1801 — Ramal 31 — Av. 9 de Julho, 318

— (0132) 34.7011 — Rua Conselheiro Nébias, 368 — salas 511 e 513

— (0172) 34.1868 — Ramal 146 — Rua General Cícero, 3.947

— (0152) 33.1798 — Rua 7 de Setembro, 287 — 5º Andar — Salas 51 e 52



IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO S.A. IMESP

DIRETOR PRESIDENTE

SÉRGIO KOBAYASHI

DIRETORES

Industrial: Carlos Nicolowsky
Financeiro e Administrativo: Richard Vainberg

Sede e Administração

Rua da Mooca, 1.921 — CEP 01013-902 — SP
(PABX) 291-3344 — Fax (011) 692-3503



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 037/95

(Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de 07 pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazaré, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales, na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaços e Boulevard Paulistânia, no Bairro Vitápolis; "G", no Jardim São Luiz; e Dos Infantes, no Jardim Briquet, conforme Processo nº CMIL-106/630/95)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Defesa Civil, objetivando a construção de sete (07) pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazaré, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales, na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaços e Boulevard Paulistânia, no Bairro Vitápolis; "G", no Jardim São Luiz; e Dos Infantes, no Jardim Briquet, conforme Processo nº CMIL-106/630/95.

Art. 2º Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do acordo correrão por conta de verbas próprias, constantes no orçamento vigente, suplementadas através de Decreto Executivo, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 07 de julho de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões nº 01 e nº 02 ao

Projeto de Lei nº 037/95-DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:-

O Projeto em tela, originário do / Executivo, visa autorizá-lo a, através de convênio, construir sete pontilhões para passagem de pedestres em vários pontos do Município.

A porpositura e legal e necessária anexo ao projeto, o Senhor Prefeito apresenta farta documentação que justifica plenamente a medida.

Portanto, somos favoráveis à propositura, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela / aprovação da matéria.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira

Nery, 19 de julho de 1.995

Comissão nº 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOAO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA R. DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

Comissão nº 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Fls. D. O.	16
Proc. D. O.	4532/93
6)	

AUTÓGRAFO Nº 035/95

(Projeto de Lei nº 037/95 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

"Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de 07 pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazaré, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales, na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaçus e Boulevard Paulistânia, no Bairro Vitápolis; "G", no Jardim São Luiz; e Dos Infantes, no Jardim Briquet, conforme Processo nº CMIL-106/630/95"

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Defesa Civil, objetivando a construção de sete (07) pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazaré, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales, na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaçus e Boulevard Paulistânia, no Bairro Vitápolis; "G", no Jardim São Luiz; e Dos Infantes, no Jardim Briquet, conforme Processo nº CMIL-106/630/95.


Art. 2º Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do acordo correrão por conta de verbas próprias, constantes no orçamento vigente, suplementadas através de Decreto Executivo, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi.

20 de julho de 1.995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
2º Secretário
- em exercício -



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.272, DE 24 DE JULHO DE 1995

(Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, objetivando a construção de 07 pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazaré, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales, na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaços e Boulevard Paulistânia, no Bairro Vitápolis; "G", no Jardim São Luiz; e Dos Infantes, no Jardim Briquet, conforme Processo nº CMIL-106/630/95)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Defesa Civil, objetivando a construção de sete (07) pontilhões para passagem de pedestres nas Ruas Santa Izabel e Maria Nazaré, no Jardim São Carlos; Cristino Gonzales, na Vila Nova Itapevi; Boulevard Paulistânia com Rua dos Capuaços e Boulevard Paulistânia, no Bairro Vitápolis; "G", no Jardim São Luiz; e Dos Infantes, no Jardim Briquet, conforme Processo nº CMIL-106/630/95.

Art. 2º Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do acordo correrão por conta de verbas próprias, constantes no orçamento vigente, suplementadas através de Decreto Executivo, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 24 de julho de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.272/95

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 24 de julho de 1995.


ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretária de Apoio Administrativo